



CÓDIGO DE ÉTICA E CONDUTA



ÍNDICE

1.Introdução	1
2. Objeto.....	2
3. Âmbito de Aplicação	3
4. Princípios Gerais	4
4.1 – Princípio da legalidade.....	4
4.2 - Princípio da prossecução do interesse público e da proteção dos direitos e interesses dos cidadãos.....	4
4.3 - Princípio da justiça e imparcialidade	5
4.4 - Princípio da igualdade.....	5
4.5 - Princípio da proporcionalidade.....	5
4.6 - Princípio da colaboração e boa fé.....	6
4.7 - Princípio da informação e qualidade.....	6
4.8 - Princípio da lealdade.....	6
4.9 - Princípio da integridade.....	6
4.10 - Princípio da competência e responsabilidade	6
5. Valores fundamentais	8
5.1 - Serviço Público.....	8
5.2 – Legalidade.....	8
5.3 - Neutralidade	8
5.4 - Responsabilidade	8
5.5 - Competência	8
5.6 – Integridade.....	8
5.7 - Não Discriminação.....	8
5.8 - Imparcialidade e Independência.....	9
5.9 - Perseverança, Objetividade	9
5.10 - Cortesia e Eficácia e Responsabilidade	9
5.11 - Lógica E Rigor	9



5.12 - Zelo, Confidencialidade e Sigilo	10
6. Princípios Básicos.....	11
6.1 – Atendimento.....	11
6.2 – Sigilo profissional.....	12
6.3 – Utilização dos recursos do município	12
7. Disposições Finais	13
7.1 Publicidade do Código de Ética e de Conduta	13
7.2 - Contributo dos Trabalhadores na Aplicação deste Código.....	13
8. Referências	14



Município de Ponte Barca

Código de Ética e Conduta

SIGLAS

Câmara Municipal de Ponte da Barca– CMPB

Código de Ética e Conduta – Código



1. INTRODUÇÃO

A Câmara Municipal de Ponte da Barca (CMPB), como Órgão da Administração Local, tem por MISSÃO promover a qualidade de vida dos habitantes, através da definição de estratégias e linhas orientadoras para o desenvolvimento social, económico, educacional, cultural, habitacional, segurança, trabalho, ambiente, desporto e lazer, no respeito pela dignidade da pessoa.

O Município orienta a sua ação no sentido de promover e dinamizar o concelho aos vários níveis, primando pela aplicação sustentável dos seus recursos.

É no estrito e rigoroso cumprimento desta linha de princípios e valores que se estabelece o relacionamento entre a CMPB e os cidadãos interessados nas suas decisões.



2. OBJETO

O presente Código de Ética e de Conduta (Código) é um documento de referência com os princípios e as linhas de orientação em matéria de ética e conduta profissional para os trabalhadores deste Município e pretende reunir num documento único as normas gerais e especiais sempre válidas no plano interno e externo.

O Código visa, igualmente, dar a conhecer ao cidadão o grau de exigência interna adotado por este Município, clarificando as normas éticas que determinem a atuação e comportamento dos seus trabalhadores.



3. ÂMBITO DE APLICAÇÃO

O presente Código tem por destinatários todos os trabalhadores deste Município, independentemente do vínculo ou posição hierárquica que ocupem, ou prestem serviço nas suas instalações ou fora dele.



4. PRINCÍPIOS GERAIS

Os trabalhadores deste Município no desempenho das suas funções e atividades, estão exclusivamente ao serviço do interesse público, subordinados à Constituição e à Lei, devendo ter sempre uma conduta responsável e ética.

Todos os trabalhadores que mantenham algum laço jurídico-laboral com o Município devem observar e respeitar os diversos princípios da Carta Ética da Administração Pública Portuguesa.

Segundo a Carta Ética da Administração Pública, os seus trabalhadores encontram-se ao serviço exclusivo da comunidade e dos cidadãos, prevalecendo sempre o interesse público sobre os interesses particulares ou de grupo.

Assim devem observar os seguintes princípios:

4.1 - PRINCÍPIO DA LEGALIDADE

Os trabalhadores atuam em conformidade com os princípios constitucionais e de acordo com a lei e o direito. Devem, nomeadamente, velar para que as decisões que afetem os direitos ou interesses legalmente protegidos dos cidadãos tenham um fundamento legal e que o seu conteúdo esteja de acordo com a lei ou com os fins pela mesma prosseguidos.

4.2 - PRINCÍPIO DA PROSECUÇÃO DO INTERESSE PÚBLICO E DA PROTEÇÃO DOS DIREITOS E INTERESSES DOS CIDADÃOS



Os trabalhadores encontram-se ao serviço exclusivo da comunidade e dos cidadãos, prevalecendo sempre o interesse público sobre os interesses particulares ou de grupo. Os trabalhadores regem-se por critérios de dignidade, integridade e probidade, desempenhando as suas funções de modo responsável, competente e diligente, sempre no respeito pelos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos.

4.3 - PRINCÍPIO DA JUSTIÇA E IMPARCIALIDADE

Os trabalhadores devem tratar de forma justa e imparcial todos os cidadãos, atuando segundo rigorosos princípios de neutralidade.

4.4 - PRINCÍPIO DA IGUALDADE

Nas suas relações com os cidadãos, os trabalhadores respeitam o princípio da igualdade, assegurando que situações idênticas são objeto de tratamento igual. Sempre que ocorra uma diferença de tratamento, os trabalhadores devem garantir que a mesma é justificada pelos dados objetivos e relevantes do caso em questão.

Os trabalhadores não podem beneficiar ou prejudicar qualquer cidadão em função da sua ascendência, sexo, raça, língua, convicções políticas, ideológicas ou religiosas, situação económica ou condição social.

4.5 - PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE

Os trabalhadores no exercício da sua atividade atuam com ponderação e razoabilidade. Quando tomam decisões, certificam-se de que as medidas adotadas são adequadas, necessárias e



proporcionais aos objetivos a realizar. Devem, nomeadamente, evitar restrições aos direitos dos cidadãos ou impor-lhes encargos, sempre que não existir um equilíbrio razoável entre tais restrições ou encargos e os objetivos que se pretendem alcançar.

4.6 - PRINCÍPIO DA COLABORAÇÃO E BOA FÉ

Os trabalhadores, no exercício da sua atividade, devem colaborar com os cidadãos, segundo o princípio de Boa Fé, tendo em vista a realização do interesse da comunidade e fomentar a sua participação na realização da atividade administrativa.

4.7 - PRINCÍPIO DA INFORMAÇÃO E QUALIDADE

Os trabalhadores, devem prestar informações e/ou esclarecimentos de forma clara, simples, cortês e rápida.

4.8 - PRINCÍPIO DA LEALDADE

Os trabalhadores no exercício da sua atividade, devem agir de forma leal, solidária e cooperante.

4.9 - PRINCÍPIO DA INTEGRIDADE

Os trabalhadores regem-se segundo critérios de honestidade pessoal e de integridade de carácter.

4.10 - PRINCÍPIO DA COMPETÊNCIA E RESPONSABILIDADE



Os trabalhadores agem de forma responsável e competente, dedicada e crítica, empenhando-se na valorização profissional.

A qualidade do desempenho dos trabalhadores e o respeito de todos, no cumprimento destes princípios da Carta Ética da Função Pública, é um indicador da qualidade de qualquer sociedade democrática.



5. VALORES FUNDAMENTAIS

Este Município assume ainda, quer na sua atuação interna, quer na sua relação com o exterior, outros valores necessários para o bom desenvolvimento das suas funções, destacando-se os seguintes:

5.1 - SERVIÇO PÚBLICO

5.2 - LEGALIDADE

5.3 - NEUTRALIDADE

5.4 - RESPONSABILIDADE

5.5 - COMPETÊNCIA

5.6 - INTEGRIDADE

E ainda outros Valores Éticos usados no desempenho da atividade profissional, nomeadamente

5.7 - NÃO DISCRIMINAÇÃO

Os trabalhadores deste Município não devem praticar qualquer tipo de diferenciação, designadamente baseados na raça, sexo, idade, incapacidade física, preferência sexual, opiniões políticas, ideias filosóficas ou convicções religiosas, quando no âmbito do exercício das suas funções, estando todos no mesmo patamar de igualdade de oportunidades. Devem os mesmos demonstrar compreensão e respeito mútuo, quer com pessoas singulares e coletivas de direito



público ou privado, quer com os serviços da administração direta, indireta e autónoma do Estado.

5.8 - IMPARCIALIDADE E INDEPENDÊNCIA

Os trabalhadores deste Município no âmbito das suas funções devem reger-se por critérios de imparcialidade e independência, devem abster-se de qualquer ação arbitrária que prejudique os cidadãos, devem evitar tratamento preferencial qualquer que sejam os motivos. Recusar ainda benefícios diretos ou indiretos que possam ser interpretados como influência na leitura e interpretação dos dados e factos a que tem acesso no âmbito do exercício das suas funções.

5.9 - PERSEVERANÇA, OBJETIVIDADE

Os trabalhadores deste Município devem contribuir com firmeza e objetividade na determinação de facto, refletindo perceções honestas e tecnicamente bem fundamentadas com evidências materiais necessárias em tempo útil e oportuno e com discrição comportamental, no âmbito do exercício das suas funções.

5.10 - CORTESIA E EFICÁCIA E RESPONSABILIDADE

Os trabalhadores deste Município devem cumprir com cortesia, eficácia e responsabilidade todas as tarefas que lhe forem atribuídas, comportando-se de forma a manter e reforçar a confiança do cidadão contribuindo para o bom funcionamento e boa imagem do Município, no exercício das suas funções.

5.11 - LÓGICA E RIGOR



Os trabalhadores deste Município devem interpretar os factos sempre com lógica e rigor, atentos aos factos relevantes, expondo-os de forma clara e simples a todos e nunca de forma hermética, no âmbito do exercício das suas funções.

5.12 - ZELO, CONFIDENCIALIDADE E SIGILO

Os trabalhadores deste Município devem lidar com todos os intervenientes com zelo, de modo a não ferir suscetibilidades mantendo a confidencialidade e sigilo de informação de todos os factos que tenham conhecimento no exercício das suas funções.

Não deve emitir comentários que possam desvirtuar a verdade ou sua legítima procura, atuando com reserva quanto à informação protegida por lei ou regulamentação interna.

O exercício de quaisquer outras atividades remuneradas externas pelos colaboradores deste Município requer autorização prévia por parte do Presidente de Câmara, tendo esta que analisar eventuais incompatibilidades.



6. PRINCÍPIOS BÁSICOS

6.1 - ATENDIMENTO

Os serviços do Município estão ao serviço do cidadão e devem orientar a sua ação de acordo com os princípios da qualidade, da proteção da confiança, da comunicação eficaz e transparente, da simplicidade, da responsabilidade e da gestão participativa, tendo em vista:

- a) Garantir que a sua atividade se orienta para a satisfação das necessidades dos cidadãos e seja assegurada a audição dos mesmos como forma de melhorar os métodos e procedimentos;
- b) Aprofundar a confiança nos cidadãos, valorizando as suas declarações e dispensando comprovativos, sem prejuízo de penalização dos infratores;
- c) Assegurar uma comunicação eficaz e transparente, através da divulgação das suas atividades, das formalidades exigidas, do acesso à informação, da cordialidade do relacionamento, bem como do recurso a novas tecnologias;
- d) Privilegiar a opção pelos procedimentos mais simples, cómodos, expeditos e económicos;
- e) Adotar procedimentos que garantam a sua eficácia e a assunção de responsabilidades por parte dos trabalhadores;
- f) Adotar métodos de trabalho em equipa, promovendo a comunicação interna e a cooperação



intersectorial, desenvolvendo a motivação dos trabalhadores para o esforço conjunto de melhorar os serviços e compartilhar os riscos e responsabilidades.

6.2. SIGILO PROFISSIONAL

Os trabalhadores estão obrigados ao dever de sigilo profissional nos termos legais, nomeadamente são obrigados a guardar sigilo dos factos cujo conhecimento seja adquirido pelo exercício das suas funções e não possam ser divulgados nos termos legais.

6.3 UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS DO MUNICÍPIO

Os equipamentos e instalações do Município só podem ser utilizados para uso profissional, e os trabalhadores devem respeitar e proteger o património da instituição e não permitir a utilização por terceiros das suas instalações.

Os trabalhadores deste Município devem, igualmente, no exercício da sua atividade, adotar todas as medidas adequadas e justificadas no sentido de limitar os custos e despesas, a fim de permitir o uso mais eficiente dos recursos disponíveis.



7. DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1 - PUBLICIDADE DO CÓDIGO DE ÉTICA E DE CONDUTA

O presente Código de Ética e Conduta será amplamente divulgado junto dos trabalhadores, designadamente através da sua disponibilização no site do Município e nos locais de trabalho.

7.2 - CONTRIBUTO DOS TRABALHADORES NA APLICAÇÃO DESTE CÓDIGO

A adequada aplicação do presente Código de Ética e de Conduta depende, primordialmente, do profissionalismo, consciência e capacidade de discernimento dos trabalhadores no tocante à adesão dos princípios e critérios nele estabelecidos, assegurando o seu integral cumprimento.

O presente Código de Ética e Conduta foi aprovado em Reunião de Câmara de 28 de setembro de 2015, entrando em vigor no dia imediatamente a seguir.



8 – REFERÊNCIAS

- Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia (2010/C 83/02), a qual consagra o direito a uma boa administração (art.º41º);
- A Recomendação de 23 de abril de 1998, do Conselho da OCDE, sobre a melhoria da conduta ética no serviço público;
- A Carta Ética da Administração Pública;
- A Proposta de Código de Conduta Administrativa, apresentada pelo Provedor de Justiça;
- O Código do Procedimento Administrativo;
- O Regime de Acesso aos Documentos Administrativos (Lei n.º 46/2007, de 24 de agosto);
- O Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado (Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro);
- A Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (Lei n.º 35/2014, de 20 de junho);
- O Decreto-Lei n.º135/99, de 22 de abril, na sua versão atualizada, que estabelece medidas de modernização administrativa.